



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



Revista do
DIREITO PÚBLICO



REITORA

Prof.^o. Dr.^o. Sérgio Carlos de Carvalho

VICE-REITOR

Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitor: Prof. Dr. Amauri Alcindo Alfier

Diretora de Pós-Graduação: Prof.^a. Silvia Marcia Ferreira Meletti

Diretor de Pesquisa: Prof. Arthur Eumann Mesas

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

Diretor: Prof. Ms. Azenil Staviski

Vice-Diretor: Prof. Ms. Carlos Cogo Milanez

Chefe do Departamento de Direito Privado: Profa. Dra. Adiloar Franco Zemuner

Chefe do Departamento de Direito Público: Prof.^a Ms. Nélia Edna Miranda Batisti

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Revista do Direito Público / Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Direito
Público. Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial. –
Londrina: UEL, 2018-.
v. ; 29 cm.

Quadrimestral.

Descrição baseada em: v. 13, n.2, mai/ago. (2018).

ISSN: 1980-511X (on line).

1. Direito Público – Periódicos. I. Universidade Estadual de Londrina.

Centro de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Direito Público.

Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial.

CDU 342

Esta revista não assume a responsabilidade das ideias emitidas nos diversos artigos, cabendo-as exclusivamente aos autores. / É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista desde que seja citada a fonte.

Indexada em: LivRe (Brasil), Doaj (Suécia), Latindex (México), SHERPA RoMEO

(Inglaterra), Portal de Periódicos CAPES (Brasil), WorldCat (EUA), TULIPS-Linker (Japão), Aladin (EUA), New Jour (EUA), BASE(Alemanha).

Disponível nos catálogos digitais das bibliotecas: HKU Librarie (Hong Kong), Charles University (Rep. Checa), Gorky St. Petersburg State University (Rússia), Hebrew University of Jerusalem (Israel), Miami University Libraries (EUA), Yale University (EUA), Universidad Nacional Autónoma de México(Máxico), Universidade do Porto(Portugal), University of Tsukuba (Japão).



Revista do
DIREITO PÚBLICO

ISSN 1980551-X

MESTRADO EM DIREITO
NEGOCIAL

DEPARTAMENTO DE
DIREITO PÚBLICO



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



ISSN 1980-511X (eletrônico)
 Revista do Direito Público da UEL
 Volume 13, número 2, ago 2018

EDITORES RESPONSÁVEIS / EDITORS

Dr. Luiz Fernando Bellinetti
 Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)

CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

Eduardo Reale Ferrari - Universidade de São Paulo (USP/SP)
 Francisco Emílio Baleotti - Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)
 Irene Patrícia Nohara - Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM/MG)
 Maria Auxiliadora Minahim - Universidade Federal da Bahia (UFBA/BA)
 Tânia Lobo Muniz - Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)
 Thais Bernardes Maganhini - Universidade Federal de Rondônia (UNIR/RO)
 Wilson Engelmann – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS)

PARECERISTAS AD HOC / REVIEWERS

Adriana Campos - Minas Gerais
 Almir Gallassi - Paraná
 Carla Marshall - Rio de Janeiro
 Carlos Mauricio Lociks de Araújo - Distrito Federal
 Cristina Gomes Campos de Seta - Rio de Janeiro
 Cláudio Ribeiro Lopes - Mato Grosso do Sul
 Edilton Meireles de Oliveira Santos - Bahia
 Eduardo Pazinato da Cunha - Rio Grande do Sul
 Emilio Alfonso Garrote Campillay - Chile
 Fernando Luís Coelho Antunes - Distrito Federal
 Gustavo Ferraz de Campos Monaco - São Paulo
 José Eduardo Lourenço dos Santos - São Paulo
 José Vicente Santos de Mendonça - Rio de Janeiro
 Juliane Caravieri Martins - Minas Gerais
 Liliane Vieira Martins Leal - Goiás
 Marcelo Pereira Almeida - São Paulo
 Marcos Catalan - Rio Grande do Sul
 Monica Paraguassu Correia da Silva - Rio de Janeiro

Nelson Luiz Pinto - São Paulo/Rio de Janeiro
Roberto da Freiria Estevão - São Paulo
Sérgio Torres Teixeira - Pernambuco
Soraya Regina Gasparetto Lunardi - São Paulo
Thais Bernardes Maganhini - Rondônia

ASSESSORIA TÉCNICA

Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)

Bruna Faria, Germano Matheus Codognotto da Cunha, Juliana Carvalho Pavão, Laudicena Ribeiro, Luana da Costa Leão, Natali Silvana Zwaretch, Pedro Henrique Amaducci Fernandes dos Santos, Rafael Duarte de Salvi, e Roberta Carolina de Afonseca e Silva.

Sumário | Contents

Editorial 10

O DIREITO CONSTITUCIONAL PÁTRIO: AS IMPLICAÇÕES DA UTILIZAÇÃO DA TEORIA DA RESERVA DO POSSÍVEL14
THE CONSTITUTIONAL LAW PATERNAL: IMPLICATIONS OF POSSIBLE USE OF THE THEORY OF RESERVE FOR CONTINGENCIES

Guilherme Barbon Paulo e Edinilson Donisete Machado

DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA: POR UMA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE POSTULATÓRIA 39
THE PRINCIPLE OF ACCESS TO JUSTICE: EXPANDING PLEADING CAPACITY

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson e Natasha Rangel Rosso Nelson

REGIME GLOBAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL 68
GLOBAL REGIME FOR ACCESS TO PUBLIC INFORMATION: BRAZIL'S PARTICIPATION

Osmar Fernando Gonçalves Barreto e Marco Antonio Barbosa

DIREITO À FELICIDADE: ANÁLISE PRINCIPOLÓGICA E DESDOBRAMENTOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO 100
THE RIGHT TO HAPPINESS: PRINCIPIOLOGICAL ANALYSIS AND ITS UNFOLDING IN THE BRAZILIAN LEGAL ORDER

Erik Almeida Rodrigues de Souza, Zélia Maria Xavier Ramos e Chirley Vanuyre Vianna Cordeiro

O RISCO DE ESVAZIAMENTO DA DIGNIDADE HUMANA E A SUFICIÊNCIA DOS DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR PARA A CONFIGURAÇÃO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL..... 138
THE RISK OF EMPTYING THE HUMAN DIGNITY AND SUFFICIENCY OF CONSUMER RIGHTS TO EXTRA PATRIMONIAL DAMAGE SITUATIONS

Paulo Roberto Ciola de Castro e Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos do Amaral

ANULAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE PATERNIDADE POR ERRO SUBSTANCIAL À LUZ DOS NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO DE FAMÍLIAS	168
ANNULMENT OF THE CIVIL REGISTRY OF PATERNITY DUE TO SUBSTANTIAL ERROR IN LIGHT OF NEW PARADIGMS OF FAMILY LAW	
<i>Luana Michalski de Almeida Bertolla, Vivian Martins Sgarbi e Rozane da Rosa Cachapuz</i>	

AUTISMO, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: AS CONTRADIÇÕES ENTRE A IGUALDADE FORMAL E A IGUALDADE MATERIAL	195
AUTISM, CITIZENSHIP AND PUBLIC POLICIES: THE CONTRADICTIONS BETWEEN FORMAL EQUALITY AND MATERIAL EQUALITY	
<i>Marli Marlene Moraes da Costa e Paula Vanessa Fernandes</i>	

A GESTÃO AMBIENTAL EM MINAS GERAIS E O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DO FUNDÃO EM MARIANA/MG	230
ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN MINAS GERAIS AND THE BREAKING OF THE FUNDÃO TAILING DAM IN MARIANA/MG	
<i>Paulo Sérgio Mendes César e Ricardo Carneiro</i>	

DO PROTAGONISMO JUDICIAL AOS DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS: UMA INTRODUÇÃO AO CONSTITUCIONALISMO POPULAR DE KRAMER, AO MINIMALISMO DE SUNSTEIN E ÀS TEORIAS DIALÓGICAS DE BATEUP E LINARES	267
FROM JUDICIAL PROTAGONISM TO INSTITUTIONAL DIALOGUES: AN INTRODUCTION TO KRAMER'S POPULAR CONSTITUTIONALISM, SUNSTEIN'S MINIMALISM, AND THE DIALOGICAL THEORIES OF BATEUP AND LINARES	
<i>Fábio José Silva de Assis e Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva</i>	

A (IN)ADMISSIBILIDADE DA CERTIDÃO DE ÓBITO COMO PROVA SUBSTITUTIVA DE EXAME DE CORPO DE DELITO DIRETO OU INDIRETO	297
THE (IN) ADMISSIBILITY OF THE DEATH CERTIFICATE AS A SUBSTITUTE FOR THE DIRECT OR INDIRECT CORPUS DELICTI EXAM	
<i>Henrique Alexander Grazzi Keske, Leonardo Brunetti Macedo e Alessandra Pacheco Alves</i>	

RESENHAS / REVIEWS

PARADOXOS E AMBIGUIDADES DA IMPARCIALIDADE JUDICIAL: ENTRE “QUERERES” E “PODERES”	329
PARADOXES AND AMBIGUITY OF JUDICIAL IMPARTIALITY: BETWEEN “WILLS” AND “POWERS”	
<i>Cláudio Ribeiro Lopes</i>	

REFORMA ADMINISTRATIVA E BUROCRACIA: IMPACTO DA EFICIÊNCIA NA CONFIGURAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	333
ADMINISTRATIVE REFORM AND DEMOCRACY: IMPACT OF EFFICIENCY ON THE CONFIGURATION OF BRAZILIAN ADMINISTRATIVE LAW	
<i>Germano Matheus Codognotto da Cunha</i>	

Editorial

Apresentamos uma nova edição da Revista do Direito Público.

Esta edição, nº. 2, do volume 13, é constituída por textos elaborados por autores de nosso estado do Paraná e de todo Brasil, com temas de Direito Constitucional, Direito Processual Civil e Penal, Direito Administrativo, Direito Ambiental e Direito Civil.

No tocante ao Direito Constitucional, o estudo *“O direito constitucional pátrio: as implicações da utilização da teoria da reserva do possível”* apresenta a sua pesquisa em duas esferas diferentes. Primeiramente, busca conceituar a teoria da reserva do possível, e posteriormente, analisar no âmbito do Poder Judiciário sua atuação, como forma de proporcionar a concretização de políticas públicas elaboradas pelo Poder Executivo.

No âmbito do Direito Processual Civil, o artigo intitulado *“Do princípio do acesso à justiça: por uma ampliação da capacidade postulatória”* investiga a possibilidade de ampliação da capacidade postulatória ao cidadão, além das hipóteses legais. Diante disso, discute essa capacidade como algo inato ao cidadão, baseado na cidadania e na democracia. Frente a isso, aponta a situação do processo no contexto nacional, sendo considerada a assistência judiciária fornecida a pessoa.

No campo do Direito Administrativo o artigo *“Regime global de acesso à informação pública: a participação do Brasil”* analisa de forma comparada

com ordenações jurídicas estrangeiras a Lei de Acesso à Informação. Frente a isso, observa como o Brasil implementou essa lei, em decorrência de um movimento internacional. Confronta também se tal lei nacional corresponde a um avanço democrático. E por fim, estuda como a legislação de outros países pode auxiliar no processo de acesso à informação no território nacional.

Com destaque para o Direito Constitucional, o estudo “*Direito à felicidade: análise principiológica e desdobramento no ordenamento jurídico brasileiro*” trata da análise a respeito da existência do direito à felicidade como um princípio constitucional. Diante disso, aponta, por meio de diversos pensadores, a definição de felicidade e seu enquadramento como um conceito jurídico. Posteriormente, demonstra a existência desse direito com base na evolução da normatividade dos princípios, para apresentar os desdobramentos na ordem jurídica. Apresenta também como tal direito está positivado em constituições estrangeiras e a jurisprudência nacional sobre o assunto.

No âmbito do Direito Civil, o artigo “*O risco de esvaziamento da dignidade humana e a suficiência dos direitos básicos do consumidor para a configuração do dano extrapatrimonial*” visa demonstrar que os direitos do consumidor estão contemplados no rol dos direitos da personalidade, dessa forma capaz de caracterizar o dano imaterial. Ademais, critica a conceituação pouco criteriosa na definição de dignidade humana, que gera o risco de esvaziamento de seu conteúdo.

Com a pauta do Direito Civil, o artigo “*Anulação do registro civil de paternidade por erro substancial à luz dos novos paradigmas do direito de família*” estuda o erro substancial enquanto hipótese fática de anulação do registro civil, com relação ao reconhecimento de

paternidade. Diante disso, analisa o entendimento doutrinário e dos tribunais superiores sobre a questão.

Também com enfoque no Direito Constitucional, o artigo *“Autismo, cidadania e políticas públicas: as contradições entre a igualdade formal e a igualdade material”* investiga a respeito das políticas públicas, realizadas pelo Estado, voltadas para o transtorno do espectro autista no Rio Grande do Sul. Frente a isso, demonstra a desconformidade entre o que está previsto em lei e atuação real do Estado.

No que concerne ao Direito Administrativo e Direito Ambiental, o artigo *“A gestão ambiental em Minas Gerais e o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão em Mariana/MG”* examina o acidente ambiental no município de Mariana (Minas Gerais) em 2015, sobre a perspectiva do licenciamento ambiental, da Política Nacional do Meio Ambiente e da gestão ambiental em Minas Gerais.

Ainda no âmbito do Direito Constitucional, o artigo *“Do protagonismo judicial aos diálogos institucionais: uma introdução ao constitucionalismo popular de Kramer, ao minimalismo de Sunstein e às teorias dialógicas de Bateup e Linares”* realiza uma reflexão sobre os limites e possibilidade entre as teorias dialógicas contrárias ao protagonismo judicial.

No que se relaciona com o Direito Processual Penal em intersecção com o Direito Civil, a pesquisa *“A (in)admissibilidade da certidão de óbito como prova substitutiva de exame de corpo de delito direto ou indireto”* busca analisar a inadmissibilidade de utilização da certidão de óbito como exame de corpo de delito para os crimes que deixam vestígios.

Nesta edição, a revista conta ainda com duas resenhas. A primeira analisa a obra *“Reforma*

administrativa e burocracia”, de Irene Patrícia Nohara. E a segunda, trata da obra “*Paradoxos e ambiguidades da imparcialidade judicial: entre ‘quereres’ e ‘poderes’*” de Bárbara Gomes Lupetti Baptista.

Esperamos que apreciem a leitura de nosso segundo volume deste ano e que as pesquisas divulgadas aqui fomentem novos estudos.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti